

MUNICÍPIO DE BÓTICAS
CÂMARA MUNICIPAL
Departamento de Administração Geral
Presente em Reunião de 27 JUN 2024
O Diretor de Departamento,
(Dr. Manuel A. S. Barreira)

MUNICÍPIO DE BOTICAS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente em Sessão de

29 JUN 2024

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2023

20. JUN 2024

ÍNDICE RELATÓRIO

1 - RELATÓRIO DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	4
1.1 - INTRODUÇÃO	4
1.2 - ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO	7
1.3 - RECURSOS HUMANOS	9
1.4 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	9
2 - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	11
2.1 - BALANÇO CONSOLIDADO	11
2.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	13
3 - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	16
4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	20
5 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	26
NOTA 1 - ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS	26
NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	27
NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS	28
NOTA 4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE	29
NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31
NOTA 6 - LOCAÇÕES	31

MUNICÍPIO DE BÓTICAS
CÂMARA MUNICIPAL
Departamento de Administração Geral
Presente em Reunião de 20 JUN 2024

O Diretor do Departamento,
(Dr. Manuel A. S. Barreira)

NOTA 7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	33
NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	33
NOTA 10 – INVENTÁRIOS	34
NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	34
NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	36
NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES	37
6 - APURAMENTO DOS GASTOS POR FUNÇÕES	40

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Designação das Entidades Participadas.....	7
Quadro 2: Organograma das Participações	8
Quadro 3: Trabalhadores do Grupo Autárquico	9
Quadro 4: Valor da participação de cada município	10
Quadro 5: Evolução do Ativo	11
Quadro 6: Evolução do Património Líquido e Passivo	12
Quadro 7: Evolução dos Rendimentos.....	14
Quadro 8: Evolução dos Gastos.....	16
Quadro 9: Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental a 31 de Dezembro de 2023	17
Quadro 10: Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações por Natureza ..	19
Quadro 11: Balanço Consolidado Analítico em 31 de Dezembro de 2023	20
Quadro 12: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidado de 2023 ..	22
Quadro 13: Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....	23
Quadro 14: Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido	25

1 - RELATÓRIO DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

1.1 - INTRODUÇÃO

O Município de Boticas apresenta neste documento as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício económico 2023, à data de 31 de Dezembro de 2023.

De acordo com a alínea i) do nº 1 do artigo 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao ano de 2023, tendo em vista o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea I) do nº 2 do artigo 25.º da citada lei.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o nº 1 do artigo 75.º estabelece que "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".

De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nomeadamente no seu artigo 7º, a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., assume a natureza de empresa local, e como tal deve a mesma ser objeto de consolidação de contas.

O Município de Boticas apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma directa ou indirecta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas actividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades individualmente é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método da equivalência patrimonial utilizado. Este método preconiza a substituição no balanço da empresa mãe ou empresa consolidante do valor contabilístico da participação pelo valor proporcional que lhe corresponde do Capital Próprio da ou das empresas participantes.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do sector empresarial local e das entidades do sector não lucrativo, respectivamente.

No contexto da nova gestão pública é importante a produção de informação agregada das entidades que compõem o sector público em sentido lato, como se de uma entidade económica se tratasse.

Assim, o presente relatório analisa não só a execução da parte orçamental, como analisa a sua situação económico-financeira do Grupo Municipal, apresentando em anexo as demonstrações financeiras consolidadas.

Os documentos apresentados retratam de forma exaustiva a verdadeira situação económica, financeira e patrimonial do Grupo Municipal, bem como os resultados financeiros e patrimoniais obtidas na sua gestão no ano de 2023.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O ano de 2023 ficará registado como um período de desafios globais, desde a guerra na Europa até às crises políticas e sociais que afetaram várias nações.

No plano internacional, a invasão russa à Ucrânia introduziu um período de incerteza e volatilidade, desencadeando mudanças significativas nos fluxos geopolíticos, uma crise energética que mudou a forma de encarar os desafios climáticos e uma reavaliação dos valores fundamentais que regem as nossas

sociedades.

Enquanto enfrentávamos este panorama desafiador, Portugal não ficou imune aos seus impactos. A nossa nação, embora poupada do conflito direto, não escapou das repercussões de eventos disruptivos, sobretudo por via da inflação que penalizou os mais desprotegidos. Pior ainda quando os últimos anos foram desperdiçados sem capacidade, para, no plano nacional, preparar o país para os choques e para um ciclo de crescimento que só é possível com reformas. Como resultado, verificámos um SNS em colapso, escolas públicas sem professores, um ordenamento florestal caótico, um Estado Central disfuncional. Com a inflação galopante, a maior aliada de convulsões sociais e políticas, acabámos por encontrar o Estado Social português nos cuidados intensivos. A situação agravou-se com uma crise política, e consequentes eleições antecipadas num ambiente eleitoral que durou mais de quatro meses, somando à instabilidade internacional uma camada de instabilidade doméstica que todos teríamos dispensado.

No entanto, em contraste com a instabilidade prevalecente, Boticas emergiu como um exemplo de estabilidade e resiliência. Graças a uma gestão diligente, o município continuou a prosperar, mantendo um compromisso inabalável com o bem-estar dos seus cidadãos e a preservação de sua identidade local. Prosseguiu como um verdadeiro Estado Social Local, apostando em políticas de melhoria da qualidade de vida para as famílias.

1.2 - ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 o Município de Boticas detinha as seguintes participações:

Quadro 1: Designação das Entidades Participadas

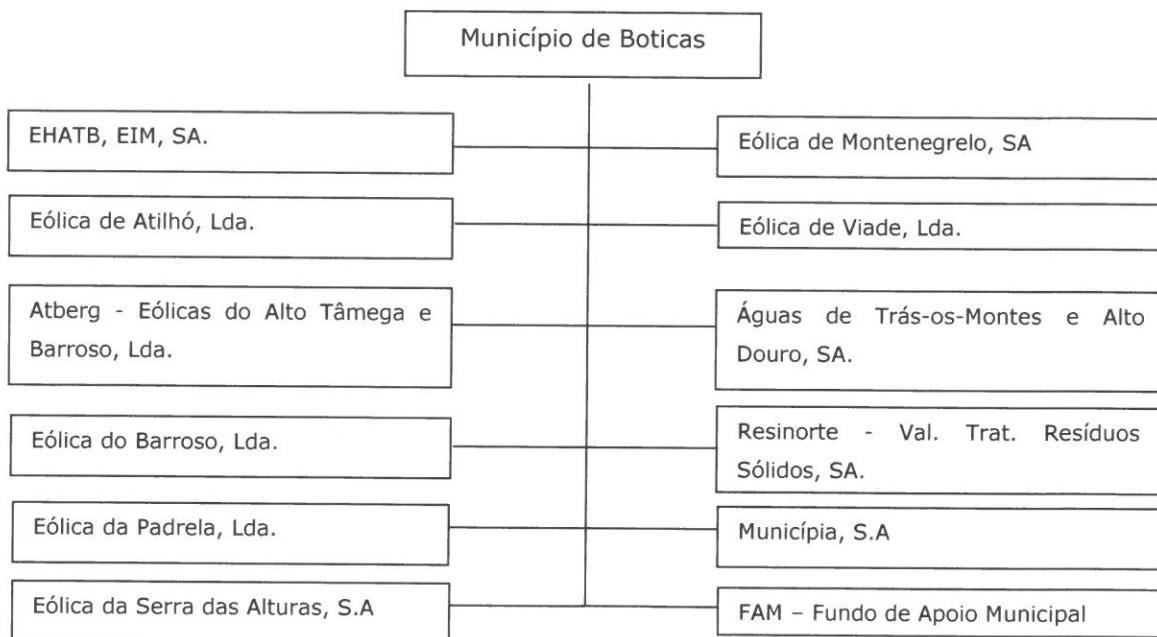
Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
EHATB, EIM, SA	502.227.842	Intermunicipal	35111	900.000,00	150.000,00	16,67	150.000,00	150.000,00	0,00	
Eólica de Atilhó, Lda	506.867.560	Limitada por quotas	35113	5.000,00	416,67	8,33	416,67	0,00	0,00	a
Atberg - Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda	505.294.656	Limitada por quotas	35113	1.250.000,00	83.333,33	6,67	83.333,33	0,00	0,00	a
Eólica do Barroso, Lda	505.533.693	Limitada por quotas	35113	70.000,00	4.666,67	6,67	4.666,67	0,00	0,00	a
Eólica da Padrela, Lda	505.533.758	Limitada por quotas	35113	65.000,00	4.333,33	6,67	4.333,33	0,00	0,00	a
Eólica da Serra das Alturas, SA	506.393.925	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Montenegro, SA	508.094.453	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Víade, Lda	506.446.298	Limitada por quotas	35113	5.000,00	1.667,00	3,33	1.667,00	0,00	0,00	a
Águas do Norte, SA	505.863.901	Sociedade Anónima	36001	111.061.732,00	121.985,00	0,11	121.985,00	47.166,00	0,00	b
Resinorte - Val. Trat. Resíduos Sólidos, SA	509.143.059	Sociedade Anónima	38212	8.000.000,00	67.866,67	0,85	67.866,67	30.000,00	0,00	c
Municípios, S.A	504.475.606	Sociedade Anónima	71120	3.236.678,67	9.970,02	0,31	10.613,51	5.628,50	0,00	d
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513.319.182	Outras pessoas coletivas de direito público	84114	650.000.000,00	286.333,52	0,07	270.427,50	270.427,50	0,00	

OBS:

- a Aquisição a título gratuito
- b Inclui a aquisição a título gratuito de 74.820 euros
- c Inclui a aquisição a título gratuito de 37.866,67 euros
- d Inclui a aquisição a título gratuito de 4.985,01 euros

Apresenta-se de seguida o organograma das participações:

Quadro 2: Organograma das Participações



O Grupo Municipal é composto pelo Município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas e abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Boticas, por força do n.º 6 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é constituído pela entidade - EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.

Por se entender que existe influência significativa nas tomadas de decisão, utiliza-se como método valorimétrico subsequente ao inicial o Método de Equivalência patrimonial (MEP).

No que se refere às outras entidades, uma vez que se tratam de participações inferiores a 20% e atendendo ao facto de não serem materialmente relevantes e considerando a ausência de controlo no poder de gerir as políticas financeiras e operacionais foram, em conformidade com o ponto 5.5 da Portaria 474/2010 e artigo 75º da Lei n.º 73/2013, excluídas do perímetro de consolidação.

1.3 – RECURSOS HUMANOS

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2023, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado, de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

Quadro 3: Trabalhadores do Grupo Autárquico

Empresas Municipais	Número de Colaboradores
Município de Boticas	199
EHATB, EIM, SA.	20

1.4 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502 227 842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502 227 842, ao abrigo do artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social: “*Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Produção de energia elétrica; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excepcionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares*

“*A atividade da sociedade em 2023 manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, provenientes do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribuiu com 47,0% do total da faturação e dos Parques*

Eólicos de Mairos, Leiranco, Casa da Lagoa e do Parque Eólico do Alvão, os quais contribuíram com 53%. À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,
- Empresa Eólica do Barroso, Lda.,
- Eólica da Padrela Lda.,

E os serviços de gestão integrada às empresas:

- Eólica de Montenegro, S.A.,
- Eólica da Serra das Alturas, S.A.,

Para além da atividade de produção de energia, merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa, celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a "Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana" e a "Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal"."

O capital social da EHATB no montante total de 900.000,00 euros tem a seguinte composição:

Quadro 4: Valor da participação de cada município

	Valor €	% participação
Câmara Municipal de Boticas	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Valpaços	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Chaves	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Montalegre	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Ribeira de Pena	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar	150.000,00	16,666%

2 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

2.1 – BALANÇO CONSOLIDADO

Em 2023 o activo do Município de Boticas diminuiu para cerca 67 milhões de euros registando um decréscimo de aproximadamente 3.235.907 euros face ao ano anterior (-4,59%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do activo.

Quadro 5: Evolução do Ativo

Componentes do Activo	2023	2022	Δ2023/2022
	em euros	em euros	em %
Ativos Fixos Tangíveis	52.520.309,94	56.717.051,47	-7,40%
Propriedades de Investimento	606.225,18	598.458,51	1,30%
Ativos Intangíveis	170.554,24	165.283,27	3,19%
Participações Financeiras	4.738.534,30	4.510.054,84	5,07%
Clientes, contribuintes e Utentes	16.100,84	16.817,02	-4,26%
Outras Contas a Receber	51.430,78	53.865,77	-4,52%
Ativo não Corrente	58.103.155,28	62.061.530,88	-6,38%
Inventários	45.666,65	56.257,45	-18,83%
Devedores p/ Transf. e Subs. não Reemb.	592.117,96	959.808,96	-38,31%
Clientes, Contribuintes e Utentes	215.847,52	238.666,01	-9,56%
Estado e Outros Entes Públicos	30.049,04	4.846,95	519,96%
Outras Contas a Receber	1.212.367,75	1.356.832,58	-10,65%
Diferimentos	12.619,05	6.600,13	91,19%
Caixa e Depósitos	7.009.020,54	5.772.207,74	21,43%
Ativo Corrente	9.117.688,51	8.395.219,82	8,61%
Ativo Total	67.220.843,79	70.456.750,70	-4,59%

No cômputo geral, os Activos Fixos Tangíveis representam 78,13% do total do activo e registaram uma descida de cerca de 4.196.741,53 euros relativamente a 2022.

Os activos fixos tangíveis incluem, entre outros, os terrenos e recursos naturais; edifícios e outras construções; infraestruturas, património histórico, artístico e cultural, equipamento de transporte, equipamento básico e administrativo, e respectivas depreciações, assim como activos fixos tangíveis em curso.

As Propriedades de Investimento, que abrangem os terrenos ou edifícios (ou parte) detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital, observaram uma variação positiva de 1,30%.

No que respeita às participações financeiras, a NCP 23- Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), que não sendo de carácter obrigatório, é aquele que melhor releva os interesses do Município nas entidades participadas. Assim, o valor previsto das participações financeiras teve por base a aplicação do MEP. Esta rubrica registou um aumento de 5,07%.

As dívidas de terceiros representam 3,03% do activo e tiveram um decréscimo de 536 mil euros. Os diferimentos ascenderam a 12.619,05 euros e dizem respeito a gastos a reconhecer.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades para 7 milhões de euros em 2023, isto significa que o município poderia liquidar qualquer momento as dívidas a curto, médio e longo prazo.

Quadro 6: Evolução do Património Líquido e Passivo

Património Líquido e Passivo	2023	2022	Δ2023/2022
	em euros	em euros	em %
Património/Capital	60.517.244,87	60.517.244,87	0,00%
Reservas	187.987,52	187.987,52	0,00%
Resultados transitados	- 17.290.590,77	- 16.322.111,39	5,93%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 2.869.036,29	- 2.342.218,86	22,49%
Outras variações no património líquido	25.063.114,92	26.946.672,02	-6,99%
Resultado líquido do período	- 1.667.507,93	- 2.482.113,45	-32,82%
Património Líquido	63.941.212,32	66.505.460,71	-3,86%

Financiamentos obtidos	49.611,55	76.675,87	-35,30%
Diferimentos	1.870.460,67	2.446.474,24	-23,54%
Outras Contas a pagar	284.519,59	265.574,24	7,13%
Passivo não Corrente	2.204.591,81	2.788.724,35	-20,95%
Fornecedores	64.139,08	145.251,38	-55,84%
Estado e Outros Entes Públicos	47.790,60	47.973,47	-0,38%
Financiamentos Obtidos	27.491,17	48.039,55	-42,77%
Fornecedores de Investimento	0,00	10.712,89	-100,00%
Outras Contas a Pagar	765.413,56	669.697,83	14,29%
Diferimentos	170.205,25	240.890,52	-29,34%
Passivo Corrente	1.075.039,66	1.162.565,64	-7,53%
Total do Passivo	3.279.631,47	3.951.289,99	-17,00%
Total Património Líquido e Passivo	67.220.843,79	70.456.750,70	-4,59%

O Património Líquido corresponde a 63,9 milhões de euros, diminuindo 3,86% face a 2022. Nesta rubrica do Balanço, destaca-se a rubrica de outras variações no património líquido, que inclui, fundamentalmente, os subsídios obtidos para investimento.

Em relação ao passivo, o Município de Boticas fechou o ano com um valor de 3,28 milhões de euros, sendo constituído em 67,22% por passivo não corrente e em 32,78% por passivo corrente.

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 17,00%, que resulta de uma diminuição significativa das rubricas Fornecedores e Diferimentos. No que respeita a rubrica dos Diferimentos, a NCP 14 – Rendimentos sem Contraprestação prevê que aquando da aprovação de uma Solicitação de Transferência de Fundos (STF) a entidade pública beneficiária da transferência do Estado deve reconhecer um ativo e simultaneamente um passivo (direito a receber e diferimento do rendimento). O passivo será anulado como contrapartida do reconhecimento do rendimento quando ocorrer o pagamento da despesa com cobertura na transferência do Estado. A diminuição verificada, deve-se a alteração de procedimentos de registo contabilísticos dos apoios ao investimento, passando a registar este Município, os pedidos de pagamentos aceites junto da entidade financiadora, deixando assim de registar o valor dos contratos. Adicionalmente a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente tem por objetivo prescrever a contabilização de acordos de concessão

na ótica do concedente, assim encontram-se refletidos na mesma rubrica o valor referente ao contrato de concessão da Rede de BT e Iluminação Pública.

A rubrica de fornecedores apresentou uma diminuição de aproximadamente 81 mil euros, este valor é justificado essencialmente pelo saldo da conta 22.5 – Fornecedores em Recepção e Conferência que provém de facturas recepcionadas no final do ano que não foram pagas. Relativamente aos fornecedores de investimento, esta rubrica encontrava-se saldada a 31 de dezembro de 2023.

No tocante ao passivo corrente, o seu valor ascendeu a 1.075.039,66 €, registando-se uma diminuição de 7,53 % face a 2022. Todas as rubricas do passivo corrente tiveram um decréscimo relativamente a 2022, com excepção da rubrica de Outras Contas a Pagar.

A rubrica Outras Contas a Pagar apresentou um acréscimo de 14,29% face ao ano de 2022, aqui são registados os gastos a reconhecer no próprio período, mas cujo pagamento venha a ocorrer em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício. Inclui assim, por exemplo, o valor de férias, subsídio de férias e encargos que em 31 de Dezembro os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará no período seguinte. Para além desta componente, considera-se ainda nesta rubrica o valor das cauções prestadas ao Município e as cobranças para terceiros (operações não orçamentais).

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

A demonstração de resultados apresenta-se como mais uma peça importante na análise financeira do exercício. Os quadros seguintes mostram o comportamento de gastos e rendimentos nos dois anos.

Quadro 7: Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2023	2022	Δ2023/2022
	em euros	em euros	em %
Impostos, Contribuições e Taxas	1.110.493,76	1.043.324,05	6,44%
Vendas	162.484,68	168.078,72	-3,33%
Prestações de Serviços e Concessões	1.037.643,86	990.741,33	4,73%
Transferências e Subsídios Corrente Obtidos	7.195.299,59	7.034.582,99	2,28%

Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, Associada e empreendimentos conjuntos	855.296,89	761.518,14	12,31%
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	19.673,02	-100,00 %
Outros Rendimentos	2.463.632,86	1.405.131,85	75,33%
Juros e rendimentos similares obtidos	297.117,92	250.863,76	18,44%
TOTAL	13.121.969,56	11.673.913,86	12,40%

O total dos rendimentos ascendeu a 13.121.969,56 €, representando um acréscimo de 12,40% face ao ano de 2022, determinado essencialmente pelo aumento das transferências e subsídios correntes obtidos e ainda pelos outros rendimentos.

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos directos, impostos indirectos e taxas, multas e outras penalidades.

A rubrica de Prestações de Serviços e Concessões tiveram um aumento de 4,73% relativamente a 2022 e representam 7,91% do total dos rendimentos.

As transferências e subsídios correntes obtidos incluem as transferências correntes provenientes do orçamento de Estado, assim como, as relacionadas com financiamento comunitário.

No que concerne aos rendimentos, é de salientar que as transferências e subsídios obtidos de carácter corrente apresentam um aumento de 160 716,60 € em 2023 e são o agregado com maior peso dentro dos rendimentos.

A rubrica Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associada e empreendimentos conjuntos, segundo a NCP 24 – Acordos Conjuntos, o objetivo desta norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente. Esta rubrica teve um acréscimo de 93.778,75 €, face a 2022.

Relativamente aos outros rendimentos, compreendem essencialmente o reconhecimento dos rendimentos relacionados com financiamento ao investimento, na proporção das depreciações e amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos verificou-se um aumento de 18,44% que resulta de uma diminuição dos dividendos obtidos nas entidades

participadas.

Quadro 8: Evolução dos Gastos

Gastos	2023	2022	Δ2023/2022
	em euros	em euros	em %
CMVMC	492.848,11	325.742,97	51,30%
FSE	2.646.007,13	2.452.967,30	7,87%
Gastos com o Pessoal	4.566.549,64	3.767.502,86	21,21%
Transferências e Subsídios Concedidos	1.975.692,17	2.631.979,00	-24,94%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	84,91	0,00	100,00 %
Gastos de Depreciação e de Amortização	4.941.239,95	4.826.710,57	2,37%
Outros Gastos e Perdas	156.492,25	142.328,10	9,95%
Gastos e Perdas por Juros e Outros Encargos	10.563,33	8.796,51	20,09%
TOTAL	14.789.477,49	14.156.027,31	4,47%

No ano de 2023 o total de gastos ascendeu a 14.789.477,49 €, observando-se um aumento de 4,47% face ao ano de 2022. Esta variação decorre do efeito conjugado da diminuição de gastos com Transferências e Subsídios Concedidos com o aumento de Gastos com CMVMC, Gastos de Depreciação e Amortizações, Outros Gastos e Perdas, Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal e Gastos e Perdas por Juros e Outros Encargos.

As Transferências e Subsídios Concedidos tiveram uma diminuição de 656.286,83€ comparativamente com 2022, resultado da política social do executivo. Destaca-se o valor das transferências correntes superior a 1,7 milhões de euros, onde estão assim registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das actividades desportivas, culturais, recreativas e de solidariedade, transferências para a Administração Local - Freguesias, que se designam a apoiar o funcionamento das suas actividades e transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas carenciadas.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos de depreciação e de amortização (33,41%) e

os gastos com o pessoal (30,88%). Comparativamente com o período de 2022, os gastos de depreciação e de amortização tiveram um aumento de 2,37 % e os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 21,21%.

3 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

A Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental e a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza a 31 de Dezembro de 2023 apenas contemplam os valores da contabilidade orçamental do Município, uma vez que a EHATB não aplica o normativo contabilístico SNC-AP (NCP 26).

Quadro 9: Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental a 31 de Dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL							
RUBRICA	RECEBIMENTOS	2023	2022	RUBRICA	PAGAMENTOS	2023	2022
	Saldo de gerência anterior	5.772.207,74	5.617.768,05				
	Operações orçamentais (1)	5.509.420,78	5.319.430,90				
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0	0				
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0	0				
	Operações de tesouraria	262.786,96	298.337,15				
	Receita Corrente	10.490.303,47	9.510.597,50	Despesa Corrente	9.151.700,51	7.844.848,88	
R1	Receita Fiscal	824.364,53	738.349,12	D1	Despesas com pessoal	4.354.755,62	3.668.365,48
R11	Impostos diretos	824.364,53	738.078,67	D11	Remunerações certas e permanentes	3.394.711,45	2.870.445,94
R12	Impostos indiretos	296,30	270,45	D12	Abonos variáveis ou eventuais	58.403,75	44.722,66
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0	0	D13	Segurança Social	901.640,42	753.196,88
R3	Taxas, multas e outras penalidades	310.195,40	261.186,88	D2	Aquisição de bens e serviços	2.925.815,01	2.331.792,22
R4	Rendimentos de propriedade	805.220,89	506.671,43	D3	Juros e outros encargos	1.979,08	17,40
R5	Transferências e subsídios correntes	7.557.434,28	7.058.203,24	D4	Transferências e subsídios correntes	1.747.382,45	1.736.373,70
R51	Transferências correntes	7.557.434,28	7.058.203,24	D41	Transferências correntes	1.747.382,45	1.736.373,70
R511	Administrações Públicas	7.479.261,27	6.945.749,87	D411	Administrações Públicas	177.320,00	177.320,00
R5111	Administração Central – Estado Português	6.977.394,23	6.759.117,09	D4111	Administração Central – Estado Português	0	0
R5112	Administração Central – Outras entidades	278.540,11	150.632,78	D4112	Administração Central – Outras Entidades	0	0
R5113	Segurança Social	0	0	D4113	Segurança Social	0	0
R5114	Administração Regional	0	0	D4114	Administração Regional	0	0
R5115	Administração Local	223.326,93	36.000,00	D4115	Administração Local	177.320,00	177.320,00
R512	Exterior – EU	0	0	D412	Entidades do Setor não lucrativo	1.325.992,64	1.270.125,47
R513	Outras	78.173,01	112.453,37	D413	Famílias	243.244,81	243.220,73
R52	Subsídios Correntes	0	0	D414	Outras	825,00	45.707,50
R6	Vendas de bens e serviços	949.913,67	899.424,90	D42	Subsídios Correntes	0	0
R7	Outras receitas correntes	43.174,70	46.761,93	D5	Outras despesas correntes	121.768,35	108.300,08
	Receita de Capital	2.406.558,75	2.345.269,39	Despesa de Capital	2.482.551,68	3.780.823,98	

R8	Venda de bens de investimento	1.146,50	23.220,00	D6	Aquisição de bens de capital	2.218.177,44	2.861.713,01
R9	Transferências e subsídios de capital	2.404.260,02	2.315.858,89	D7	Transferências e subsídios de capital	264.374,24	919.110,97
R91	Transferências de capital	2.404.260,02	2.315.858,89	D71	Transferências de capital	264.374,24	919.110,97
R911	Administrações Públicas	1.707.789,42	1.872.651,28	D711	Administrações Públicas	184.528,75	340.285,55
R9111	Administração Central – Estado Português	1.688.319,20	1.872.651,28	D7111	Administração Central - Estado Português	0	0
R9112	Administração Central – Outras entidades	0	0	D7112	Administração Central - Outras entidades	0	0
R9113	Segurança Social	0	0	D7113	Segurança Social	0	0
R9114	Administração Regional	0	0	D7114	Administração Regional	0	0
R9115	Administração Local	19.470,22	0	D7115	Administração Local	184.528,75	340.285,55
R912	Exterior – EU	0	0	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	55.329,26	507.289,87
R913	Outras	696.470,60	443.207,61	D713	Família	24.516,23	71.535,55
R92	Subsídios de capital	0	0	D714	Outras	0	0
R10	Outras receitas de capital	1.152,23	6.190,50	D72	Subsídios de capital	0	0
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0	0	D8	Outras despesas de capital	0	0
	Receita Efetiva (2)	12.896.862,22	11.855.866,89		Despesa Efetiva (5)	11.634.252,19	11.625.672,86
	Receita não efetiva (3)	0	0		Despesa não efetiva (6)	47.612,70	40.204,15
	Receita com ativos financeiros	0	0		Despesa com ativos financeiros	0	0
	Receita com passivos financeiros	0	0		Despesa com passivos financeiros	47.612,70	40.204,15
	SOMA (4) = (1) + (2) + (3)	18.406.283,00	17.175.297,79		SOMA (7) = (5) + (6)	11.681.864,89	11.665.877,01
	Operações de tesouraria (B)	83.860,57	38.076,87		Operações de tesouraria (C)	62.045,10	73.627,06
					Saldo para a gerência seguinte	7.009.020,54	5.772.207,74
					Operações Orçamentais (8) = (4) - (7)	6.724.418,11	5.509.420,78
					Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	284.602,43	262.786,96
					Saldo global (2) – (5)	1.262.610,03	230.194,03
					Despesa Primária	11.632.273,11	11.625.655,46
					Saldo Corrente	1.338.602,96	1.665.748,62
					Saldo de Capital	-75.992,93	-1.435.554,59
					Saldo Primário	1.264.589,11	230.211,43
					Receita total [1] + [2] + [3]	18.406.283,00	17.175.297,79
					Despesa total [5] + [6]	11.681.864,89	11.665.877,01

Quadro 10: Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações por Natureza

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES							
Rubrica	Liquidações	2023	2022	Rubrica	Designação	2023	2022
	Receita corrente	734.306,94 €	950.012,38 €		Despesa corrente	117.689,69 €	191.730,51 €
R1	Receita fiscal	172.271,69 €	172.300,74 €	D1	Despesas com o pessoal	49.037,60 €	49.085,00 €
R11	Impostos diretos	- €	- €	D11	Remunerações Certas e Permanentes	48.540,40 €	48.114,39 €
R12	Impostos indiretos	172.271,69 €	172.300,74 €	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	497,20 €	252,69 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	D13	Segurança social	- €	717,92 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	60.436,00 €	73.499,78 €	D2	Aquisição de bens e serviços	50.652,09 €	121.058,78 €
R4	Rendimentos de propriedade	- €	- €	D3	Juros e outros encargos	- €	- €
R5	Transferências e subsídios correntes	316.486,33 €	490.216,73 €	D4	Transferências e subsídios correntes	18.000,00 €	21.586,73 €
R51	Transferências correntes	316.486,33 €	490.216,73 €	D41	Transferências correntes	18.000,00 €	21.586,73 €
R511	Administrações Públicas	149.919,88 €	273.157,27 €	D411	Administrações Públicas	- €	- €
R5111	Administração Central - Estado Português	149.919,88 €	251.140,27 €	D4111	Administração Central - Estado Português	- €	- €
R5112	Administração Central - Outras entidades	- €	22.017,00 €	D4112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5113	Segurança Social	- €	- €	D4113	Segurança Social	- €	- €
R5114	Administração Regional	- €	- €	D4114	Administração Regional	- €	- €
R5115	Administração Local	- €	- €	D4115	Administração Local	- €	- €
R512	Exterior - U E	- €	- €	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	5.000,00 €	- €
R513	Outras	166.566,45 €	217.059,46 €	D413	Famílias	3.000,00 €	11.586,73 €
R52	Subsídios correntes	- €	- €	D414	Outras	10.000,00 €	10.000,00 €
R6	Venda de bens e serviços	173.434,77 €	200.170,73 €	D42	Subsídios Correntes	- €	- €
R7	Outras receitas correntes	11.678,15 €	13.824,40 €	D5	Outras despesas correntes	- €	- €
Receita de capital		103.544,51 €	297.505,11 €	Despesas de Capital		15.000,00 €	53.887,72 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €	D6	Aquisição de bens de capital	- €	9.770,41 €
R9	Transferências e subsídios de capital	103.544,51 €	297.505,11 €	D7	Transferências e subsídios de capital	15.000,00 €	44.117,31 €
R91	Transferências de capital	103.544,51 €	297.505,11 €	D71	Transferências de capital	15.000,00 €	44.117,31 €
R911	Administrações Públicas	61.598,21 €	161.739,26 €	D711	Administrações Públicas	15.000,00 €	15.000,00 €
R9111	Administração Central - Estado Português	61.598,21 €	161.739,26 €	D7111	Administração Central - Estado Português	- €	- €
R9112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D7112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R9113	Segurança Social	- €	- €	D7113	Segurança Social	- €	- €
R9114	Administração Regional	- €	- €	D7114	Administração Regional	- €	- €
R9115	Administração Local	- €	- €	D7115	Administração Local	15.000,00 €	15.000,00 €
R912	Exterior - U E	- €	- €	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	- €	29.117,31 €
R913	Outras	41.946,30 €	135.765,85 €	D713	Famílias	- €	- €
R92	Subsídios de capital	- €	- €	D714	Outras	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	D72	Subsídios de capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	D8	Outras despesas de capital	- €	- €
Receita efetiva (2)		837.851,45 €	1.247.517,49 €	D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €	Despesa efetiva (5)		132.689,69 €	245.618,23 €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	Despesa não efetiva (6)		- €	- €
Receita total (4)=(1)+(2)+(3)		837.851,45 €	1.247.517,49 €	D10	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
				D11	- €		- €
				Despesa total (7)=(5)+(6)		132.689,69 €	245.618,23 €

4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Quadro 11: Balanço Consolidado Analítico em 31 de Dezembro de 2023

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente		58.103.155,28 €	62 061 530,88 €
Ativos fixos tangíveis	5	52.520.309,94 €	56 717 051,47 €
Propriedades de investimento	8	606.225,18 €	598 458,51 €
Ativos intangíveis	3	170.554,24 €	165 283,27 €
Participações financeiras	18	4.738.534,30 €	4 510 054,84 €
Clientes, contribuintes e utentes		16.100,84 €	16 817,02 €
Outras contas a receber		51.430,78 €	53 865,77 €
Ativo corrente		9.117.688,51 €	8 395 219,82 €
Inventários	10	45.666,65 €	56 257,45 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		592.117,96 €	959 808,96 €
Clientes, contribuintes e utentes		215.847,52 €	238 666,01 €
Estado e outros entes públicos		30.049,04 €	4 846,95 €
Outras contas a receber	23	1.212.367,75 €	1 356 832,58 €
Diferimentos		12.619,05 €	6 600,13 €
Caixa e depósitos	1	7.009.020,54 €	5 772 207,74 €
Total Ativo		67.220.843,79 €	70 456 750,70 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		63.941.212,32 €	66 505 460,71 €
Património/Capital		60.517.244,87 €	60 517 244,87 €
Reservas		187.987,52 €	187 987,52 €
Resultados transitados		-17.290.590,77 €	-16 322 111,39 €
Ajustamentos em ativos financeiros		-2.869.036,29 €	-2 342 218,86 €
Outras variações no património líquido		25.063.114,92 €	26 946 672,02 €
Resultado líquido do período		-1.667.507,93 €	-2 482 113,45 €
Total Património Líquido		63.941.212,32 €	66 505 460,71 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		2.204.591,81 €	2 788 724,35 €
Financiamentos obtidos	7	49.611,55 €	76 675,87 €
Diferimentos		1.870.460,67 €	2 446 474,24 €
Outras contas a pagar		284.519,59 €	265 574,24 €
Passivo corrente		1.075.039,66 €	1 162 565,64 €
Fornecedores		64.139,08 €	145 251,38 €
Estado e outros entes públicos	23	47.790,60 €	47 973,47 €
Financiamentos obtidos	7	27.491,17 €	48 039,55 €
Fornecedores de investimentos			10 712,89 €

Outras contas a pagar	23	765.413,56 €	669 697,83 €
Diferimentos		170.205,25 €	240 890,52 €
Total Passivo		3.279.631,47 €	3 951 289,99 €
Total Património Líquido e Passivo		67.220.843,79 €	70 456 750,70 €

Quadro 12: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidado de 2023

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	13/14	1.110.493,76	1 043 324,05 €
Vendas	13	162.484,68	168 078,72 €
Prestações de serviços e concessões	13	1.037.643,86	990 741,33 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	7.195.299,59	7 034 582,99 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		855.296,89	761 518,14 €
Trabalhos para a própria entidade			19 673,02 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-492.848,11	-325 742,97 €
Fornecimentos e serviços externos	23,4	-2.646.007,13	-2 452 967,30 €
Gastos com pessoal	23,5	-4.566.549,64	-3 767 502,86 €
Transferências e subsídios concedidos	23,6	-1.975.692,17	-2 631 979,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-84,91	
Outros rendimentos		2.463.632,86	1 405 131,85 €
Outros gastos		-156.492,25	-142 328,10 €
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO		2.987.177,43	2 102 529,87 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,9,5,12	-4.941.239,95	-4 826 710,57 €
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE RESULTADOS FINANCEIROS)		-1.954.062,52	-2 724 180,70 €
Juros e rendimentos similares obtidos		297.117,92	250 863,76 €
Juros e gastos similares suportados	7	-10.563,33	-8 796,51 €
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		-1.667.507,93	-2 482 113,45 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-1.667.507,93	-2 482 113,45 €

Quadro 13: Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.280.781,47 €	1 167 239,80 €
Recebimentos de contribuintes		1.044.111,33 €	956 216,78 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7.383.735,25 €	6 671 857,58 €
Recebimentos de utentes		88.544,20 €	43 012,15 €
Pagamentos a fornecedores		-3.267.630,25 €	-2 679 731,41 €
Pagamentos ao pessoal		-4.234.671,26 €	-3 516 700,03 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1.998.327,19 €	-2 655 484,67 €
Caixa gerada pelas operações		296.543,55 €	-13.589,80 €
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento			-7.517,24 €
Outros recebimentos/pagamentos		165.929,18 €	356.476,58 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		462.472,73 €	335.369,54 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1.913.483,00 €	-2.625.817,83 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-41.671,93 €	-70.072,97 €
Pagamentos - Outros ativos		-104.201,95 €	-57.845,06 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		2.298,73 €	29.770,50 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		153.480,19 €	66.817,52 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		389.071,35 €	462.406,46 €
Recebimentos - Transferências de capital		1.995.718,45 €	1.845.397,93 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		657,54 €	456,24 €
Recebimentos - Dividendos		345.542,66 €	208.178,91 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		673.274,31 €	-140.708,30 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-47.612,70 €	-40.204,15 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-1.979,08 €	-17,40 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-49.591,78 €	-40.221,55 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1.236.812,80 €	154.439,69 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		5.772.207,74 €	5.617.768,05 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		7.009.020,54 €	5.772.207,74 €

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)		5.772.207,74 €	5.617.768,05 €
SGA De execução orçamental		5.772.207,74 €	5.617.768,05 €
SGA De operações de tesouraria		5.509.420,78 €	5.319.430,90 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		262.786,96 €	298.337,15 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		7.009.020,54 €	5.772.207,74 €
SGS De execução orçamental		7.009.020,54 €	5.772.207,74 €
SGS De operações de tesouraria		6.724.418,11 €	5.509.420,78 €
		284.602,43 €	262.786,96 €

Quadro 14: Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Total do património líquido	Interesses que não controlam
		Capital / Património suscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		60.517.244,87 €				187.987,52 €	-16.322.111,39 €	-2.342.218,86 €	26.946.672,02 €	-2.482.113,45 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							- 968.479,38 €		-1.883.557,10 €	2.482.113,45 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização e respetivas variações										
Transferências e subsídios de capital								2.404.501,06 €	2.423.920,70 €	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido								-4.288.058,16 €	-2.793.843,73 €	
Correção de erros materiais										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)								-1.667.507,93 €	-1.667.507,93 €	-1.667.507,93 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)								814.605,52	-2.037.430,96 €	-2.037.430,96 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)										- 526.817,43 €
Subscrições de capital/património										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações								- 526.817,43 €		- 526.817,43 €
Subscrições de prémios de emissão										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(3)+(5)		60.517.244,87 €				187.987,52 €	-17.290.590,77 €	-2.869.036,29 €	25.063.114,92 €	- 1.667.507,93 €
										63.941.212,32 €

5 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	Obs
Município de Boticas	Praça do Município 5460 – 304 Boticas	Serviços aos municípios			a)
EHATB, EIM, SA	R. Dom Nuno Álvares Pereira 12A, 4870-160 Ribeira de Pena	Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.	900.000,00	150.000,00	

1.2 Entidades Associadas Contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	Obs
EHATB, EIM, SA	R. Dom Nuno Álvares Pereira 12A, 4870-160 Ribeira de Pena	Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.	900.000,00	150.000,00	

1.3 Caixa e Depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição:

Conta	2023	2022
Caixa	5.352,93 €	6.227,36 €
Depósitos à ordem	6.929.163,63 €	5.765.980,38 €
Depósitos bancários à ordem	6.929.163,63 €	5.765.980,38 €
Outros depósitos	0,00 €	0,00 €
Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
Depósitos Consignados	0,00 €	0,00 €
Depósitos de garantias e cauções	74.503,98 €	0,00 €
TOTAL	7.009.020,54 €	5.772.207,74 €

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento estão mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

Participações Financeiras

As participações financeiras são mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência.

Contas a Receber

As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. No caso das empresas municipais, subsequentemente a mensuração efetua-se:

- (i) Ao custo, ou ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade (a imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais

das suas contas a receber) e;

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

2.2 Comparabilidade

As demonstrações financeiras são comparáveis com as do ano anterior.

NOTA 3 – Ativos Intangíveis

Em 2023, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações			Quantia Escriturada Final
		Adições	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	165.283,27	45.870,21	-40.599,24	-	170.554,24
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	106.966,51	45.870,21	-40.599,24	-	112.237,48
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	58.316,76	-	-	-	58.316,76
TOTAL	165.283,27	45.870,21	-40.599,24	-	170.554,24

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com a informação fundamental.

Este quadro refere-se somente ao Município de Boticas.

Descrição do acordo	Termos significativos do acordo			Natureza e Extensão do acordo				Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato
	Período de concessão	Datas de Reapreçamento	Base de Reapreçamento	Qt	Período de tempo	Quantia	Natureza específica	
Distribuição de energia elétrica de baixa tensão	20 anos	24/07/2001	n.a.	1	20 anos	Atualizada anualmente com base nos consumos de energia em BT no concelho de Boticas	Conceder a utilização do domínio público Municipal	Não ocorreram alterações durante o presente período de relato

O contrato de concessão foi celebrado nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, através do qual a E-REDES paga ao Município uma renda, denominada renda de concessão.

O valor da renda de concessão a pagar pela E-REDES Distribuição à entidade, é determinado em conformidade com a legislação em vigor, sendo que no período de 2023, o valor calculado nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro foi de 309.020,69 euros.

A renda é paga ao Município com uma periodicidade trimestral. Assiste à E-REDES o direito de usar o domínio público municipal para a distribuição e comercialização de energia elétrica em baixa tensão, tendo a mesma de efetuar todos os investimentos necessários para a satisfação das necessidades energéticas aos municípios do concelho de Boticas.

No final do contrato de concessão, a rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão reverte para o património do município.

A concessão não comporta encargos orçamentais para a entidade local concedente, sendo a concessão financeiramente sustentável através da cobrança aos utentes ou utilizadores dos serviços prestados.

O Município passou a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os

equipamentos e infraestruturas que estão associados à Rede de BT e Iluminação Pública que se encontram a ser geridos pela E-REDES.

Os equipamentos e as infraestruturas, cujo o valor líquido contabilístico provisório na E-REDES em 31-12-2023, fixa-se em 1.284.811,67 euros conforme quando abaixo.

Concessões BT – Valor Líquido Contabilístico dos Imobilizados

Imobilizado em exploração	6.417.031,64	-4.678.873,80	1.738.157,84
Chegadas aéreas	588.319,78	-553.214,51	35.105,27
Chegadas subterrâneas	254.460,47	-123.832,65	130.627,82
Contadores e acessórios	450.561,39	-436.842,23	13.719,16
Contadores	323.424,90	-320.256,81	3.168,09
Outro equipamento	127.136,49	-116.585,42	10.551,07
Eq. Telegestão Energia EDP Box	162.071,74	-40.352,76	121.718,98
Iluminação pública	564.237,81	-296.537,06	267.700,75
Postos Transformação e Seccionamento	1.127.921,70	-733.937,84	393.983,86
Redes aéreas	2.955.142,60	-2.296.054,47	659.088,13
Redes subterrâneas	314.316,15	-198.102,28	116.213,87
Subsídios ao investimento	-2.759.853,04	2.306.506,87	-453.346,17
Chegadas aéreas	-444.900,41	420.948,36	-23.952,05
Chegadas subterrâneas	-209.838,26	102.250,43	-107.587,83
Contadores e acessórios	-19.407,16	19.319,98	-87,18
Contadores	-19.297,48	19.297,48	0,00
Outro equipamento	-109,68	22,50	-87,18
Eq. Telegestão Energia EDP Box	-189,84	39,35	-150,49
Iluminação pública	-233.439,99	188.515,68	-44.924,31
Postos Transformação e Seccionamento	-368.456,81	317.756,39	-50.700,42
Redes aéreas	-1.376.856,58	1.175.056,09	-201.800,49
Redes subterrâneas	-106.763,99	82.620,59	-24.143,40

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No período findo a 31 de dezembro de 2023, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Rúbricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)- (3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)- (7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	89.037.289,09	58.361.053,87	-	30.676.234,22	93.987.568,60	67.338.308,23	-	26.649.260,37
Terrenos e recursos naturais	5.586.053,16	-	-	5.586.053,16	5.586.053,16	-	-	5.586.053,16
Edifícios e outras construções	81.221.101,66	58.275.749,26	-	22.945.352,40	81.512.104,85	64.786.135,57	-	16.725.969,28
Infraestruturas	2.203.133,27	85.304,61	-	2.117.828,66	6.862.410,59	2.552.172,66	-	4.310.237,93
Património histórico, artístico e cultural	27.000,00	-	-	27.000,00	27.000,00	-	-	27.000,00
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	3.150.165,80	-	-	3.150.165,80	3.150.165,80	-	-	3.150.165,80
Edifícios e outras construções	26.916.180,25	7.237.006,83	-	19.679.173,42	27.331.406,74	8.005.379,55	-	19.326.027,19
Equipamento básico	4.967.761,07	3.993.358,69	-	974.402,38	5.292.127,21	4.284.834,77	-	1.007.292,44
Equipamento de transporte	1.308.777,30	1.082.330,55	-	226.446,75	1.402.954,76	1.168.413,25	-	234.541,51
Equipamento administrativo	1.319.291,98	1.127.742,77	-	191.549,21	1.339.692,30	1.178.013,48	-	161.678,82
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	436.684,30	38.923,23	-	397.761,07	468.925,41	43.162,56	-	425.762,85
Ativos fixos tangíveis em curso	1.421.318,62	-	-	1.421.318,62	1.565.580,96	-	-	1.565.580,96
TOTAL	128.557.467,41	71.840.415,94	-	56.717.051,47	134.538.421,78	82.018.111,84	-	52.520.309,94

NOTA 6 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário são classificados como locações operacionais.

6.1 – Locações Financeiras

Não detém a entidade qualquer contrato de locação financeira.

A empresa local «EHATB», não detinha nenhum bem utilizado no regime de locação financeira.

6.2 – Locações Operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados. A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação operacional, a 31 de dezembro de 2023, detalha-se da seguinte forma:

Bens Locados	Valor do Contrato	Pagamentos efetuados	Futuros pagamentos			
			Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Equipamento de transporte	21 826,43	21 826,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento informático	13 587,71	13 587,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de impressão	8.135,17	8.135,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	7.376,72	7.185,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	30.123,98	10.929,76	7.530,99	11.663,23	0,00	19.194,22
Equipamento de transporte	26.964,16	9.082,73	6.741,04	11.140,42	0,00	17.881,46
Equipamento de transporte	26.964,16	9.082,73	6.741,04	11.140,42	0,00	17.881,46

A empresa local «EHATB», não detinha nenhum bem utilizado no regime de locação operacional.

NOTA 7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 o detalhe da rubrica de financiamento obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Designação	31-12-23	31-12-22
Empréstimos bancários		
Passivo Corrente	27.491,17	48.039,55
Passivo não Corrente	49.611,55	76.675,87
Total	77.102,72	124.715,42

NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas no início e no final do período, em propriedades de investimento:

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público	598.458,51	-	29.600,00	-	-	-	-21.833,33	-	606.225,18
Terrenos e Recursos Naturais	4.769,75	-	-	-	-	-	-	-	4.769,75
Edifícios e outras construções	593.688,76	-	29.600,00	-	-	-	-21.833,33	-	601.455,43
Outras Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de Investimento em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	598.458,51	-	29.600,00	-	-	-	-21.833,33	-	606.225,18

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

No período findo a 31 de dezembro de 2023, o detalhe da rubrica de Inventários consolidados é o seguinte:

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56 257,45	482.618,15	325.742,97	-	-	-	360,84	-	45 666,65
Produtos acabados e intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	56 257,45	482.618,15	325.742,97				360,84		45 666,65

NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A entidade não reconhece no seu Balanço, por indicação do Órgão Executivo, um conjunto de faturas relacionadas com a empresa "Águas do Norte, S.A.", que perfazem o montante de 5.153.741,70 euros e que dizem respeito à exigência de consumos mínimos de água e tratamento de efluentes no âmbito do contrato de concessão, bem como um conjunto de faturas relacionadas com a empresa "Resinorte, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.", que perfazem o montante de 2.034.990,93 euros e respeitam à entrega e receção de resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário.

Esta informação é do conhecimento geral dos órgãos autárquicos – Câmara e Assembleia Municipal.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2023 eram os que constam no quadro seguinte.

Natureza	Descrição	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo ou influxo
Faturas - Águas do Norte, S.A.			
434/15.6BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	430.004,88 €	
16/15.2BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	380.642,09 €	
140/14.9BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	252.156,87 €	
95/18.0BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	616.433,96 €	
279/13.8BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	185.196,74 €	
499/19.1BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	1.299.362,36 €	
367/15.6BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	6.185,49 €	
226/21.3BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	619.045,93 €	
394/22.7BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	1.364.713,38 €	
			5.153.741,70 €
Faturas - Resinorte Val. Trat. Resíduos Sólidos S.A.			
60/15.BERG	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	79.724,00 €	
Not. Judicial avulsa	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	278.852,00 €	
Not. Judicial avulsa (5/03/2020) Procº nº 74/20.8BEMDL	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	467.360,29 €	
Not. Judicial avulsa (30/11/2021) Procº nº 331/21.6BEMDL	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	579.453,70 €	
Not. Judicial avulsa Procº n.º 284/23.6BEMDL	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	629.600,94 €	
			2.034.990,93 €
Total			7.188.732,63 €

O Município de Boticas, por não se rever na obrigação de consumir os mínimos impostos e pagamento da deposição de resíduos conforme acordo outorgado com a contração do aterro sanitário, rejeita a aceitação das referidas dívidas.

Atualmente existem vários processos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, tendo em vista o apuramento da legalidade das imposições impugnadas pelas entidades referidas.

O Município de Boticas mantém a expectativa de que não haverá quaisquer exfluxos de recursos no âmbito desses processos.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica participações financeiras e outros ativos financeiros consolidados é o seguinte:

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alineações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Participações financeiras								
EHATB, EIM, S.A.	1.593.139,29	-	111.903,11	-	-	-	-	1.705.042,40
Resinorte, S.A.	89.436,25	-	-	-	-	-	-	89.436,25
Águas do Norte, S.A.	58.379,10	-	-	-	-	-	-	58.379,10
Municipia, S.A.	10.613,51	-	-	-	-	-	-	10.613,51
Eólica de Atilhó, Lda.	57.348,14	-	-	-	-	481,05	-	56.867,09
Eólica de Padrela, Lda.	8.010,65	-	1.321,53	-	-	-	-	9.332,18
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	9.524,64	-	-	-	-	3.111,06	-	6.413,58
ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.	422.474,85	-	45.301,62	-	-	-	-	467.776,47
Empreendimento Eólico de Vlade, Lda	9.452,20	-	1.150,23	-	-	-	-	10.602,43
Eólica Serra das Alturas, S.A.	760.027,15	-	59.861,62	-	-	-	-	819.888,77
Eólica de Montenegro, S.A.	1.205.315,54	-	12.533,46	-	-	-	-	1.217.849,00
FAM – Fundo de Apoio Municipal	286.333,52	-	-	-	-	-	-	286.333,52
TOTAL	4.510.054,84	-	232.071,57	-	-	3.592,11	-	4.738.534,30

NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e comparativamente com o período homólogo, as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2023		31-12-2022	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos		22.204,61		21.322,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	30.049,04		4.846,95	
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		25.585,99		26.651,47
Outras tributações				
TOTAL	30.049,04	47.790,60	4.846,95	47.973,47

23.3 – Rendimentos

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Impostos diretos	709.517,65	585.340,86
Impostos Indiretos	312.632,07	413.703,07
Taxas, multas e outras penalidades	88.344,04	44.280,12
Vendas	162.484,68	168.078,72
Prestações serviços autarquias locais	1.033.441,57	972.065,42
Serviços específicos de outros setores	4.202,29	18.675,91
Trabalhos para a própria entidade	0,00	19.673,02
Transferências correntes obtidas	7.195.299,59	7.034.582,99
Reversões	0,00	0,00
Outros Rendimentos	3.218.929,75	2.066.649,99
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	397.117,92	350.863,76
TOTAL	13.121.969,56	11.673.913,86

23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) a 31 de dezembro de 2023 e no período homólogo é detalhada conforme se segue:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Serviços de transporte	156.438,34	141.930,93
Serviços de alojamento e de restauração	146.913,24	99.311,63
Serviços de recolha e tratamento de RSU	287.554,41	230.118,42
Tecnologias de informação e comunicação	10.090,28	7.314,45
Outros subcontratos ou concessões	155.768,47	228.143,03
Trabalhos especializados	411.169,50	345.226,25
Publicidade, comunicação e imagem	75.631,45	66.981,02
Vigilância e segurança	4.835,57	2.376,76
Honorários	182.026,06	244.644,78
Comissões	0,74	5,90
Conservação e reparação	51.300,08	77.039,08
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	43,76	57,69
Livros e documentação técnica	425,91	6.998,26
Material de escritório	1.531,52	5.489,89
Artigos para oferta, publicidade e divulgação	148.066,81	71.730,55
Material de educação, cultura e recreio	42.022,78	70.249,24
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	2.952,13	8.556,05
Medicamentos e artigos de saúde	0,00	1.207,24
Produtos químicos e de laboratório	0,00	0,00
Outros materiais diversos de consumo	24.322,03	27.149,69
Eletrocidade	78.774,44	17.003,99
Combustíveis e lubrificantes	240.081,07	195.349,72
Deslocações e estadas	51.153,21	57.175,52
Rendas e alugueres	40.500,62	70.880,77
Comunicação	68.811,99	62.001,92
Seguros	25.513,43	18.140,07
Despesas de representação dos serviços	215,57	203,70
Limpeza higiene e conforto	26.390,19	26.857,34
Outros serviços	413.473,53	370.823,41
TOTAL	2.646.007,13	2.452.967,30

23.5 – Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta gastos com o pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Gastos com o pessoal	31-12-2023	31-12-2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	126.605,54	119.162,23
Remuneração do pessoal	3.465.015,24	2.881.225,73
Encargos sobre remunerações	784.406,83	592.055,61
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	26.499,22	27.687,70
Outros gastos com o pessoal	149.804,27	141.993,15
Outros encargos sociais	14.218,54	5.378,44
TOTAL	4.566.549,64	3.767.502,86

23.6 – Transferências e Subsídios Concedidos

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Transferências e subsídios concedidos	1.738.161,32	1.846.044,27
Subsídios correntes concedidos	0,00	0,00
Prestações sociais concedidas	0,00	0,00
Transferências de capital concedidas	237.530,85	785.934,73
TOTAL	1.975.161,21	2.631.979,00

6 - APURAMENTO DOS GASTOS POR FUNÇÕES

O SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, permite, uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas. A transição do POCAL para o SNC-AP vem tentar resolver a fragmentação e as inconsistências actualmente existentes, permitindo dotar as diversas instituições da Administração Pública de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que actualmente vêm sendo implementados a nível internacional, contribuindo assim, de uma forma considerável, para o melhoramento da informação contabilística das autarquias locais e de toda a Administração Pública.

A NCP27 — Contabilidade de gestão visa estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

Com este propósito, foram criados centros de custos por forma a permitir o apuramento dos custos de determinadas funções, nomeadamente no âmbito das funções gerais, funções sociais, funções económicas e outras funções.

O acompanhamento das operações contabilísticas efectua-se pelo apuramento mensal dos movimentos financeiros, e análise dos respectivos centros de custos.

Pese embora os esforços desenvolvidos nos últimos anos tendentes à implementação da contabilidade de custos, esta ainda se encontra em fase de implementação e de desenvolvimento



RSM

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)
T: +351 21 3553 550 **F:** +351 21 3561 952 **E:** geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 **F:** +351 22 2081 477 **E:** geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE BOTICAS** (o Grupo Autárquico), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 67.220.844 euros e um total de património líquido de 63.941.212 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.667.508 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Autárquico em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

- i) Não foi possível ainda proceder, de forma definitiva, à avaliação e validação da totalidade dos bens de ativos fixos tangíveis do Município e sua depreciação, designadamente os que foram objeto de inventariação em 2004, por empresa especializada e que foram sujeitos a ajustamentos de transição, por força da adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) em 2020. Foram, neste processo de transição, atribuídos novos períodos de vida útil a estes ativos fixos, conforme estabelece o Classificador Complementar 2. Não nos foi ainda possível validar os referidos ajustamentos e determinar os consequentes impactos a nível das depreciações efetuadas. No que respeita às rubricas que lhe estão associadas "Outras variações no património líquido", "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis" e "Diferimentos – passivo", que correspondem a subsídios ao investimento, não nos foi possível também ainda proceder à validação da totalidade do saldo. Tal facto limita, também, o reconhecimento e validação do rendimento registado no período em apreço.

Conforme nota 4 do "anexo às demonstrações financeiras consolidadas", o Município procedeu à inclusão no seu balanço consolidado, em "ativos fixos tangíveis", o montante de 1.284.812 euros (valor bruto 3.657.179 euros e depreciações acumuladas 2.372.367 euros), por contrapartida de "Diferimentos – rendimentos a reconhecer". Este valor corresponde ao registo contabilístico do acordo de concessão celebrado com a E-Redes, em relação às Infraestruturas de fornecimento de energia elétrica na área territorial do Município. Tais montantes resultaram de informação provisória agregada (não auditada), divulgada pelo concessionário, reportada a 31 de dezembro de 2023. A informação disponibilizada não se mostra suficientemente detalhada para que o Município possa registar e

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.



RSM

divulgar adequadamente os ativos e passivos afetos a esse contrato, conforme determina a NCP4- Acordos de concessão de serviços.

O ajustamento efetuado neste exercício elevou-se a 17.775 euros (diferencial entre o registo de 1.284.812 euros em 31 de dezembro de 2023 e o de 1.267.037 euros em 31 de dezembro de 2022), e que corresponde à variação verificada neste contrato, no período de dois anos (2022 e 2023). De facto, os saldos afetos a essa concessão que foram expressos pelo Município nas demonstrações financeiras consolidadas de 2022, diziam respeito a informação desatualizada então disponibilizada pelo concessionário e reportada ainda a 31 de dezembro de 2021.

- ii) Continua a ser considerado como passivo contingente a decisão que resultará dos processos judiciais que se encontram em curso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, conforme detalhe na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, cujo montante global de faturas não reconhecidas atinge 7.188.732 euros.

De acordo com respostas obtidas à circularização efetuada às entidades "Águas do Norte, SA" e "Resinorte, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, os valores reclamados ascendem a 5.648.422 euros e 932.426 euros, respetivamente.

Não nos foi possível verificar quer a adequação da sua consideração como passivos contingentes quer o valor em causa.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos* Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

- i. Fazemos notar que, conforme se refere no anexo, o perímetro de consolidação, além do Município, inclui apenas a empresa local EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.. Nas contas individuais do Município, esta participação social, encontra-se já valorizada pelo método da equivalência patrimonial. Nestas circunstâncias, o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, não diferem das contas individuais.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo Autárquico que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas, correspondem às demonstrações orçamentais do Município, considerando que, tal como refere o ponto 3 do relatório, a entidade local participada "EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA", não aplica o normativo contabilístico SNC- AP.

O órgão executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Damos nota que o parágrafo 34 da NCP27 refere a necessidade de divulgação sistematizada dos rendimentos, custos diretos e indiretos dos bens, serviços e atividades a par de informação específica sobre diferentes custos suportados ou não incorporados e sobre os critérios utilizados de imputação de custos indiretos e dos mapas a que alude o parágrafo 37 da mesma norma. Tal como refere o ponto 6 do relatório, apesar dos esforços desenvolvidos nos últimos anos tendentes à implementação da contabilidade de custos, esta ainda se encontra em fase de implementação e de desenvolvimento.

Porto, 20 de junho de 2024



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC nº 622)
registado na CMVM com o nº 2016026